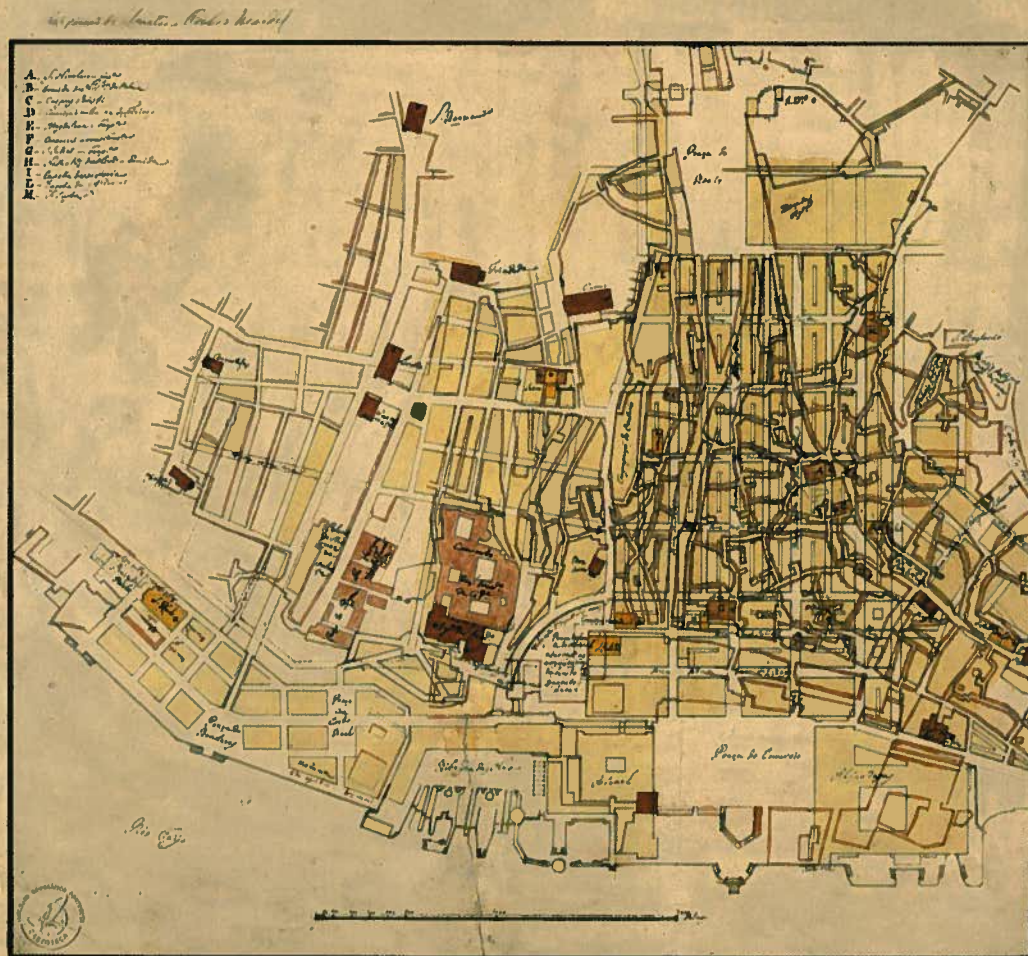


Escrever Direito por linhas rectas

Legislação e planeamento urbanístico na Baixa de Lisboa (1755 – 1833)

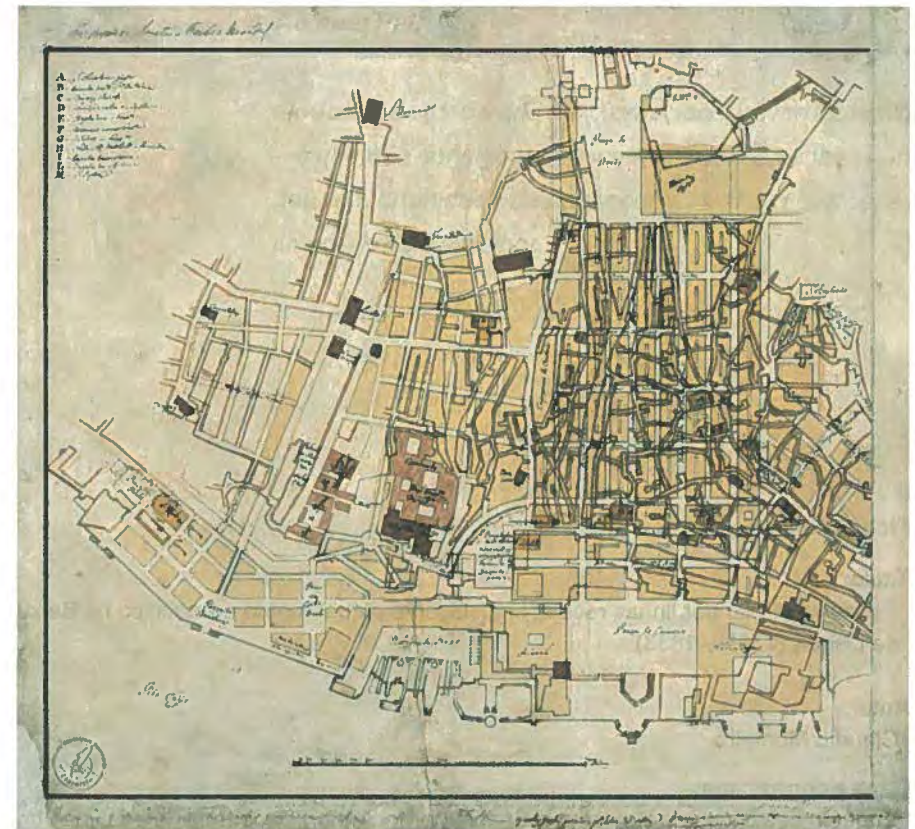
Claudio Monteiro



Handwritten notes in Portuguese, including the phrase 'Escrever Direito por linhas rectas'.

Escrever Direito por linhas rectas

Legislação e planeamento urbanístico na Baixa de Lisboa (1755–1833)



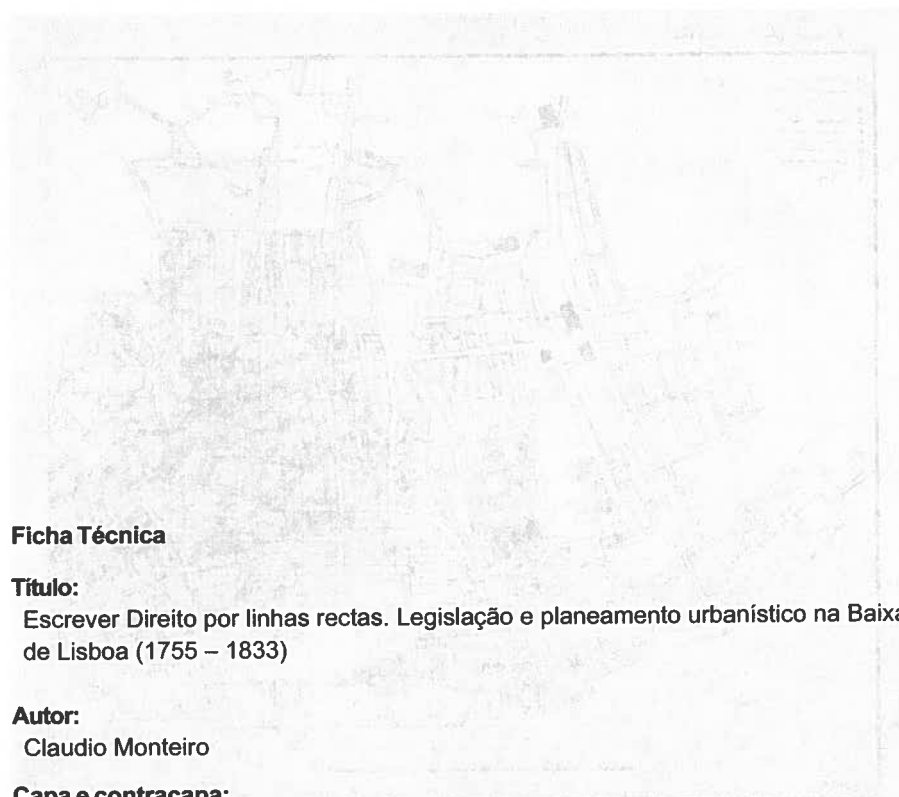
Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer processo electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, xerocópia ou gravação, sem autorização prévia do editor.

Exceptuam-se as transcrições de curtas passagens para efeitos de apresentação, crítica ou discussão das ideias e opiniões contidas no livro. Esta excepção não pode, no entanto, ser interpretada como permitindo a transcrição de textos em recolhas antológicas ou similares, da qual possa resultar prejuízo para o interesse pela obra. Os infractores são passíveis de procedimento judicial, nos termos da lei.

Claudio Monteiro
2010

Escrever Direito por linhas rectas

Legislação e planeamento urbanístico na Baixa de Lisboa
(1755 – 1833)



Ficha Técnica

Título:

Escrever Direito por linhas rectas. Legislação e planeamento urbanístico na Baixa de Lisboa (1755 – 1833)

Autor:

Claudio Monteiro

Capa e contracapa:

Eugénio dos Santos e Carvalho e Carlos Mardel (atrib.) Desenhos de evolução do Plano da Baixa 1756 – 1758 (Instituto Geográfico Português)

Edição:

AAFDL

Alameda da Universidade – 1649-014 LISBOA

Impressão:

AAFDL

Fevereiro / 2010

Notas e Agradecimentos

Este livro é o resultado de uma investigação realizada no âmbito da Exposição

Lisboa 1755-1833, organizada pelo Centro Histórico da Baixa de Lisboa em 2010, para celebrar o bicentário da reconstrução da Baixa de Lisboa.

Ao meu Pai,

Que além de tudo o que me proporcionou, e me transmitiu – e que não consigo resumir em tão poucas linhas – me deu a oportunidade de conhecer e viver em Lisboa, e a liberdade de a escolher.

Prefácio

Quando a Ana Tostões e eu discutimos o conceito da exposição *Lisboa 1758*, o *Plano da Baixa Hoje*, que o Município de Lisboa promoveu e produziu a propósito da comemoração dos 250 anos da promulgação daquele plano, centrámos o debate em torno do que se sabia e não se sabia sobre o mesmo. O tempo disponível era extraordinariamente curto, mas importava compor um corpus de conhecimento coerente e especializado sobre o tema, algo que focasse o evento e o seu resultado mais substancial e visível – o catálogo – na temática do Plano, se possível de forma operativa, útil para o debate em curso sobre o futuro da Baixa. O *Plano* tinha de ser visto segundo os seus contexto, doutrina, conteúdo, proposta, execução, flexibilidade e eficácia, mas também de ser questionado acerca da sua actualidade.

Muito estava produzido sobre os mais diversos aspectos catalisados pela catástrofe do 1º de Novembro de 1755, com uma concentração muito significativa no ciclo de eventos e publicações ocorridos com a passagem dos seus 250 anos. Com efeito, o conhecimento coligido e estruturado em 1962 por José Augusto França na sua *Lisboa Pombalina* e o *Iluminismo*, base incontornável para a iniciação na temática, terá então sido consideravelmente ampliado em múltiplos dos vectores disciplinares que estabeleceu, designadamente no que diz respeito ao *Plano*.

Porém e sem querer questionar a relevância da catástrofe como agente catalisador do surto reformista pombalino, de que a acção urbanística sobre Lisboa é, formalmente, a pedra de toque, os desígnios do plano em questão suplantaram em larga medida o âmbito estrito da resposta à catástrofe. Não só eram anteriores, como ultrapassaram ao largo o que seria então normalmente expectável como reacção à destruição produzida pelo terramoto(s), tsunami(s) e incêndio de Novembro de 1755.

Mais do que uma cidade em escombros – não tanto quanto à primeira vista todos temos tendência em imaginar – a catástrofe proporcionou uma ruptura que foi estrategicamente potenciada numa conjuntura susceptível de verter o impossível em possível, ou seja, ultrapassar os obstáculos já antes experimentados por outras acções do género, no fundo todos eles provenientes do âmbito dos direitos e titularidade da propriedade do edificado que era necessário reformar. Por isso a reforma urbanística de Lisboa até então desejada e tentada, teria sido produzida por ensanche e não sobre a cidade consolidada, como acabou por ser e como viria a acontecer por toda a Europa, mas apenas depois das alterações estruturais decorrentes do fim do Antigo Regime, ou seja, em regimes mais ou menos liberais.

Em Lisboa essas alterações foram antecipadas na oportunidade proporcionada pela catástrofe. Foi uma antecipação que abrangeu não apenas o urbanismo, mas o todo urbano, sócio-económico por conseguinte. Foi ainda mais além, pois é também surpreendente a capacidade de reforma e inovação no domínio institucional, criando-se organismos novos que, articulados, criaram uma nova administração pública, bem para além do âmbito estrito da reconstrução da cidade e abrangeu. A catástrofe foi mote e oportunidade.

Por amostragem ou intuição, a constatação desses factos não era novidade, mas ainda não dera origem a uma investigação focada nos instrumentos concretos, os quais tinham, necessariamente, que ser de natureza jurídica. Sabemos, há muito, o quanto é imprescindível a qualquer instrumento de gestão do território uma sólida, coerente e integrada componente jurídica que não só garanta como contribua para a catalisação da sua exequibilidade. Até por força de Lei, hoje um plano urbanístico e/ou territorial, tem de conter normas específicas (regulamento) articuladas com as propostas desenhadas e de programa, bem como com o sistema de execução e financiamento. Mas em 1755 não era assim, bem como só passou a ser frequente bastante mais tarde. Por isso de tantos e tão belos planos tão poucos tiveram consequências, mesmo que parciais.

A verdade é que no processo da reconstrução de Lisboa pós-1755, as questões do Direito precederam as do desenho. Muito do que foi desenhado adveio de imposições do quadro legislativo então em processo de elaboração-experimentação

graduais, o que nem pôs em causa as opções estéticas e ideológicas de base (porque inspiraram a totalidade da acção), nem a genialidade criativa dos arquitectos-engenheiros do processo. E não afirmo isso apenas porque, precisamente um mês antes da promulgação da planta de síntese do *Plano*, foi publicado o Decreto de 12 de Maio de 1758 (que estabeleceu o novo contexto jurídico da sua viabilização e execução, aliás considerável e sucessivamente reformado), mas porque desde o primeiro momento essas questões estiveram sobre a mesa. Para o verificar, basta ver a listagem e cronologia das *providências que se deram no Terramoto...* (de Amador Patrício de Lisboa), mas também a *Dissertação* de Manuel da Maia. É matéria que com este livro fica cabalmente estabelecida e tratada.

Por tudo isso entendemos que se naquela exposição nem seria possível (pelo tempo disponível), nem fácil (pelo suporte e sistema de comunicação), registar algo consistente e substancial sobre essa componente essencial do *Plano*, no conjunto de textos do volume impresso do catálogo – a exposição propriamente dita foi registada no DVD interactivo que dele faz parte – seria impossível querer fixar uma reflexão aprofundada sobre o mesmo, sem uma abordagem específica do seu corpo normativo e da respectiva evolução perante a execução. Era pois necessário encontrar alguém para fazer esse trabalho. Alguém que, para além de uma sólida formação jurídica e académico-científica, já tivesse demonstrado interesse pela temática e tivesse propensão para fazer investigação histórica.

Conheceu o Claudio Monteiro quando em 2005, como presidente da Ad Urbem (Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção), organizou o ciclo *250 anos de Legislação Urbanística: ordem e caos na formação e expansão da cidade portuguesa*. Ao longo das suas seis sessões e de algumas conversas informais acabei reconhecendo nele todas aquelas faculdades. Por isso não foi difícil saber quem convidar para o trabalho que a exposição e o catálogo exigiam. Ao sim entusiasmado sucedeu uma acção de investigação entusiástica. Ao longo do pouco tempo disponível o Claudio Monteiro começou a dar-me novidades, algumas das quais ainda foi possível integrar no guião da exposição. A primeira versão do texto para o catálogo era demasiado extensa e o autor teve que a cortar à medida que lhe surgiam ainda mais dados e

deduções. Teria sido uma perda inevitável não fixar tudo isso em algo mais amplo que a encomenda que lhe fizéramos. Sem o objectivo de, de forma alguma, esgotar o tema, mas sim de finalmente catalisar o seu desenvolvimento, surgiu assim com um notável esforço, mas muita naturalidade, este livro.

Para além do registo aqui produzido sobre as origens deste trabalho, seria absolutamente redundante e pouco útil aqui tentar apresentar, resumir ou concluir sobre o seu conteúdo, uma vez que o autor o faz de forma sistemática e clara. Aliás a sua estruturação, bem patente no índice, é lógica e transparente. Mas importa ainda deixar claro o que, por modéstia, não faz: o quanto de novo trás ao conhecimento sobre o processo da reconstrução de Lisboa pós-1755, mas também acerca dos fundamentos da então processada renovação da tradição urbanística portuguesa, informada, mas específica.

Deixo, pois, o leitor com o que importa, não sem antes manifestar o quanto felicito a editora por tão prontamente ter acolhido a edição desta obra. Agradeço também ao autor pela sua dedicação, mas essencialmente pelo resultado que acrescenta muita luz sobre essa fantástica realização das *Luzes* que é a Lisboa renovada depois da catástrofe do 1º de Novembro de 1755. Estou convicto que os demais leitores partilharão esta minha gratidão.

Walter Rossa